

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação. Vol.38 - N.02 (JUL /DEZ) / 2022
ISSN: 2178-7476



EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

EXPECTATIONS OF PUBLIC HIGH SCHOOL STUDENTS IN RELATION TO ACCESS AND PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION

Ilma Maria Fernandes Soares

Doutora em Educação e Contemporaneidade.

Professora Adjunta da UNEB - Universidade do Estado da Bahia

<http://orcid.org/0000-0002-2076-8389>

Maique Dos Santos

Graduado Em Educação Física Na Universidade do Estado da Bahia - UNEB

<http://orcid.org/0009-0000-0489-373X>

RESUMO: Objetiva analisar as expectativas e dificuldades dos estudantes do Ensino Médio público em relação ao acesso e permanência no ensino superior. De caráter quali-quantitativo, a pesquisa ocorreu a partir da aplicação de questionário com 27 perguntas, em três turmas da 3ª série do ensino médio, nos turnos diurno e noturno. O total de participantes foram 67 alunos, o que corresponde a cerca de 80% dos discentes que estavam frequentando as aulas. Quando o aluno do ensino público escolhe pela continuidade dos estudos, ele encontra algumas barreiras como: desconhecimento de políticas de acesso e permanência, despreparo para realização de vestibulares/ENEM, falta de condição financeira para continuação dos estudos. Para que essas condições sejam sanadas, é preciso melhorar a qualidade do ensino no nível médio, bem como manter e propagar as condições de acesso e permanência.

Palavras-Chave: Estudantes. Ensino Médio Público. Acesso e Permanência. Ensino Superior. Classes Populares.

ABSTRACT: It aims to analyze the expectations and difficulties of public high school students in relation to access and permanence in higher education. Qualitative and quantitative, the research took place through the application of a questionnaire with 27 questions, in three classes of the 3rd grade of high school, in the day and night shifts. The total number of participants was 67 students, which corresponds to about 80% of the students who were attending classes. When the public school student chooses to continue his studies, he encounters some barriers, such as: lack of access policies and unpreparedness to perform entrance exams / ENEM, lack of financial condition to continue his studies. For these conditions to be resolved, it is necessary to improve the quality of education at the secondary level, as well as, maintain and propagate the conditions of access and permanence

Keywords: **Students.** Public High School. Access and Permanence; University education. Popular Classes.

RESUMEN: Su objetivo es analizar las expectativas y dificultades de los estudiantes de secundaria pública en relación con el acceso y la permanencia en la educación superior. Cualitativa y cuantitativa, la investigación se llevó a cabo mediante la aplicación de un cuestionario con 27 preguntas, en tres clases del tercer grado de la escuela secundaria, en los turnos de día y de noche. El número total de participantes fue de 67 estudiantes, lo que corresponde a aproximadamente el 80% de los estudiantes que asistían a clases. Cuando el estudiante de la escuela pública elige continuar sus estudios, se encuentra con algunas barreras, tales como: falta de políticas de acceso y falta de preparación para realizar los exámenes de ingreso / ENEM, falta de condiciones financieras para continuar sus estudios. Para que estas condiciones se resuelvan, es necesario mejorar la calidad de la educación en el nivel secundario, así como mantener y propagar las condiciones de acceso y permanencia.

Palabras clave: Estudiantes. Preparatoria pública. Acceso y permanencia; Enseñanza superior. Clases populares.

Introdução

Este texto objetiva analisar interesses e dificuldades dos estudantes do Ensino Médio público em relação ao acesso e permanência no ensino superior. Também discutirá sobre o papel que a escola assume no intuito de promover ou não o prolongamento da formação destes sujeitos. Nosso empenho em nos aproximarmos dos estudantes do Ensino Médio para pesquisarmos sobre suas expectativas e dificuldades em relação a cursar o nível superior em uma instituição pública justifica-se diante de os autores serem oriundos das escolas pertencentes a esta rede, tanto em suas formações na Educação Básica quanto universitária; por essa investigação ser financiada com recursos governamentais e por entendermos que, ao enveredar por esta via, possibilitamos o enriquecimento no campo de investigação de instituições desta natureza.

Nossos interesses individuais de investigação consistem sobre os estudantes universitários, em especial, aqueles oriundos das camadas populares, que frequentam as instituições públicas. No entanto, diante de uma série de discussões decorrentes das leituras no nosso grupo de pesquisa e do contato com graduandos recém-ingressos no nível superior, consideramos relevante nos debruçarmos na etapa anterior, ou seja, o último ano do Ensino Médio público, diante da complexidade que envolve este momento formativo, pois é quando jovens vivenciam ansiedades; frustrações; conflitos familiares e dilemas entre ingressar no mundo do trabalho ou continuar os estudos. Tais sentimentos e concepções são decorrentes de elementos históricos que distanciam a esta camada lograr a continuidade dos estudos.

Apesar da importância de conhecer os fatores que influenciam jovens e adultos das camadas populares em relação ao ingresso no ensino superior, o acervo sobre estudos que foquem nesta temática especificamente é restrito (SILVA, 2003; BASTOS, 2005; GOMES, SPARTA 2005; (MONT'ALVÃO NETO, 2014; SOUZA, 2015; SAMPAIO, 2016; BRAGA, XAVIER 2016; ANDRADE, 2020; ARTES, UNBEHAUM, 2021). Contudo, todos convergem ao afirmar que elementos como cor/raça; renda familiar, gênero, escolaridade, idade, dentre outros influenciam nesta questão. Souza e Vazquez (2015, p. 411) afirmam que:

Os teóricos clássicos da educação sustentam que a trajetória escolar e profissional dos jovens varia conforme a inserção de classe de sua família de origem, o que afeta suas expectativas com relação a uma educação prolongada. Pesquisas atuais vêm demonstrando que os diferentes níveis de renda familiar acarretam oportunidades desiguais de trabalho e renda entre os jovens (ANDRADE; DACHS, 2007; LIMONGI; SAMPAIO; TORRE, 2000; POCHMANN, 2004).

Todos estes elementos, de modo geral, estão relacionados com a questão de classe social, a qual agrupa os sujeitos a partir do lugar que ocupam na estrutura social. Este conceito explica como ocorrem as desigualdades sociais, pois esta determina, a partir da posição que o sujeito ocupa, o acesso aos bens materiais e de serviços, como saúde, condições de trabalho, renda, educação, dentre outros.

A influência dos condicionantes sociais na educação é bastante discutida na literatura educacional (SAVIANI, 1977; BOURDIEU E PASSERON, 1970; ALTHUSSER, 1985; BAUDELLOT E ESTABLET, 1971, FREIRE, 1974). Todas estas teorias denunciam que a educação assume a função de reprodução da estrutura de classes da sociedade. Althusser (1985) critica o mito da escola única e neutra, ao afirmar que prevalece a inculcação da ideologia burguesa dominante, na qual a escola cumpre o papel de formar a força de trabalho, distribuída de modo desigual, conforme a função a ser assumida na estrutura social.

Bourdieu e Passeron (1975) contribuem ao questionarem o desempenho escolar como consequência de atribuições pessoais - talentos, aptidões – e afirmam que a escola não assume o papel de contribuir para mobilidade social e sim um poderoso meio de aparentar igualdade de oportunidade e de acesso.

Em nível de Brasil, Kuenzer (1992) também afirma a existência desta dualidade de acesso do sistema produtivo, o que contribui, segundo a autora, para segregar as instituições educacionais em escolas diferenciadas: uma voltada para a elite – responsável pela formação acadêmica, intelectualizada, descolada de ações instrumentais – a outra, para o ensino profissionalizante, direcionada para as classes populares, a qual disponibiliza formação profissional em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho. Tal formação foca no aprendizado técnico e nas habilidades práticas de acordo com a função exercida e direciona, desde cedo, para uma profissão, minimizando, assim, a perspectiva de ingresso ao ensino superior.

Apesar de todas as limitações, nas últimas décadas, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995-2002, houve uma expansão do setor privado na educação superior e, a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), 2003-2010, esse crescimento também ocorreu, porém, consideravelmente, através de instituições públicas, ou seja, mesmo com a elevação do setor privado, essa gestão privilegiou a ampliação e democratização de acesso, inclusive procurando o viés da equidade, ao contemplar populações historicamente não atendidas por razões econômicas e sociais, pois, como ressalta Krainski (2015), o bom aluno do nível médio não necessariamente

ingressará no nível superior, por isso existe a política de cotas para permitir um maior acesso das camadas populares às universidades.

Para promover a democratização do ensino superior, o governo federal criou neste período vários projetos e ações elucidados no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Podemos citar enquanto algumas ações que foram descritas especificamente para o Ensino Superior: Universidade Aberta do Brasil (UAB), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Bolsa Permanência (PBP) e além dessas ações, existem outras medidas, como: programas de cotas, “que priorizam a inserção de grupos minoritários com histórico de exclusão (étnicos, raciais, sexuais, entre outros)” (GUARNIERI, MELO-SILVA, 2007, p. 70) e programas pré-vestibulares gratuitos.

A partir da aprovação em 2007 do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), ocorreu um grande incentivo ao acesso em instituições públicas e, conseqüentemente, é aprovado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pelo Decreto 6.096/2007, que teve como objetivo a ampliação do acesso à educação superior por meio de mudanças como: aumento do número de vagas/alunos nas salas de aula, abertura de cursos noturnos, diminuição do custo/aluno, flexibilidade dos currículos, novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão.

No que tange à Política de Cotas Raciais, esta surge para permitir aos negros acesso ao ensino superior. Deste modo, torna-se uma ação afirmativa, que cria ou reserva vagas neste nível de ensino, seja ele público ou privado, oportunizando o ingresso desta população que foi sempre colocada à margem da sociedade, ao ser marcada pela discriminação e, muitas vezes, destrutada, necessitando, assim, de políticas para diminuir os efeitos deixados por essa situação, como defendem Bento (2016), Silva e Costa (2016).

Diante das políticas de acesso e permanência dos estudantes das camadas populares no ensino superior, bem como do aumento no número de vagas em instituições públicas Artes e Unbehaum (2021, p. 2) afirmam que:

O início do Século XXI é marcado por mudanças representativas no perfil de estudantes do ensino superior no Brasil. Observa-se desde uma ampliação do número de pessoas que acessam, frequentam e finalizam cursos de graduação e pós-graduação como uma mudança no perfil discente, tanto nos aspectos de origem social como de pertencimento étnico-racial. Um elemento também importante nessa caracterização é a possibilidade de uma análise interseccional dos marcadores de sexo e cor/raça (FRASER, 2002; CRENSHAW, 2002; MCCLINTOCK, 1995; PICITELLI, 2008).

Percebemos, assim, uma ampliação das oportunidades tanto de acesso quanto de permanência por parte das camadas populares à educação superior. É importante destacar que

o aumento destes percentuais decorre da elevação do número de alunos que concluem o Ensino Médio nos últimos anos. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2019 (PNAD, 2019), a proporção de pessoas no Brasil de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, esta etapa era de 45,0% em 2016, passou de 47,4% em 2018 e aumentou para 48,8% em 2019. No entanto, apesar deste avanço, no que tange aos mais pobres, o percentual de conclusão é menor se comparado aos mais ricos, ou seja, 36,7 pontos percentuais é a diferença entre a taxa de conclusão do Ensino Médio na idade recomendada entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres.

Essa distorção permanece no que se refere ao ingresso no ensino superior. Pesquisa realizada em 2018, pelo IBGE, demonstra que, dos alunos que completaram o Ensino Médio na rede pública, apenas 36% ingressaram numa faculdade, enquanto que os provenientes da rede privada o percentual mais que dobrou, alcançando 79,2%. Deste modo, percebemos que, apesar de todas essas políticas de inclusão, a desigualdade de acesso ainda é alarmante. Sabemos que a exigência de formação em nível superior, na atualidade, é condição mínima para galgar avanços econômicos e culturais, assim, é importante que os jovens das camadas populares tenham a possibilidade de acesso e permanência nestes espaços formativos.

O IBGE (2016) demonstra, ainda, a relação entre educação e renda no Brasil e, ao comparar o avanço educacional dos filhos em relação aos pais, constata que o acesso ao ensino superior ainda não foi suficiente para garantir a igualdade de oportunidades, de modo a construir de uma sociedade mais justa nos últimos anos. Assim, nosso País, ao ser comparado com dados de outros trinta países, assume a segunda pior posição em um estudo sobre mobilidade social, feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tal dado, no entanto, não inviabiliza a luta em possibilitar a essa camada o diploma em ensino superior, pois, como constatamos na pesquisa realizada por Cruz (2020), a trajetória universitária faculta um determinado estatuto sócio profissional aos egressos ao possibilitarem atuar em profissões que oportunizam uma renda maior do que a dos seus pais, esses oriundos da zona rural, pouca escolaridade, renda familiar até um salário mínimo, dentre outros. A comprovação de que a educação superior não é algo comumente vivenciado nas famílias de futuros professores não é algo recente. Em nossa pesquisa apenas 8% dos alunos responderam que tem Pai ou Mãe com ensino superior completo.

Para além dos aspectos referentes à ascensão econômica, defendemos a importância de as camadas populares cursarem o ensino superior, diante da possibilidade de formação política e de desenvolvimento da consciência crítica. Sobre tal questão, Demo (1999, p. 15 – grifos do autor) declara que:

[...] a pobreza política é mais comprometedor, para as oportunidades de desenvolvimento, do que a pobreza material; problema mais constrangedor é a ignorância, que inviabiliza a gestação de sujeitos capazes de história própria, ao obstruir a cidadania individual e coletiva; mudanças provêm menos de um pobre que tem fome (o qual acaba facilmente se contentando com qualquer sorte de assistencialismo), do que de um pobre que sabe pensar.

A partir deste entendimento, defendemos que a universidade pública precisa acolher, principalmente, estudantes que cursaram a Educação Básica em instituições públicas, e não, diante da sua qualidade em relação ao ensino, extensão e, especialmente, à pesquisa, ser espaço privilegiado daqueles que percorreram sua trajetória formativa em escolas privadas. Assim, conhecer o que distancia ou aproxima o aluno da escola pública no que tange a construir sua formação acadêmica é relevante para tornar este espaço cada vez mais democrático e inclusivo.

Metodologia

A abordagem de pesquisa deste estudo é de caráter quali-quantitativo, a qual, segundo Creswell e Clark (2007), apresenta uma tipologia voltada para as ciências sociais e utiliza-se da abordagem mista ao comparar, contrastar e explicar dados estatísticos com dados qualitativos ou vice-versa. Conforme os autores, a combinação de duas abordagens pode possibilitar dois olhares diferentes, propiciando uma visualização ampla do problema investigado.

A discussão baseia-se nos dados coletados por meio de questionário, composto por 27 questões, com perguntas abertas e fechadas, nas quais foram investigadas as características sociodemográficas dos alunos, sua trajetória escolar e sua aspiração de conclusão do ensino médio e, especialmente, de ingresso no ensino superior.

A aplicação ocorreu em três turmas do 3º ano do Ensino Médio, de uma escola pública, no município de Jacobina-BA, a qual foi escolhida por ser a maior do município. A coleta dos dados ocorreu em uma turma de cada turno. Tal opção justifica-se porque sabemos que, mesmo todos cursando a mesma instituição, o fato de estudarem no diurno ou noturno, por exemplo, diferencia o perfil dos estudantes e almejamos mapear esse panorama a partir destas diferentes vertentes.

Inicialmente, solicitamos à direção o acesso à escola e averiguamos quais dos professores da supracitada série se dispunham a disponibilizar o tempo da aula para realização deste estudo. Um critério para participação na pesquisa foi a voluntariedade dos estudantes, de modo que, mesmo estando presentes na sala de aula, no horário de aplicação do questionário, aqueles alunos que não tivessem interesse seriam dispensados de responder. Deste modo, obtivemos os seguintes resultados: na turma do Matutino foram matriculados 35 alunos, 30 estavam frequentando, 23 participaram da pesquisa. Na turma do vespertino foram matriculados 35 alunos, 29 estavam frequentando, 22 participaram da pesquisa. Na turma do noturno 35 alunos foram matriculados, 24 estavam frequentando, 22 participaram da pesquisa. Portanto, vale ressaltar que 67 alunos responderam ao questionário, o que corresponde a cerca de 80% dos que compareceram. A diferença entre os sexos foi pequena, sendo 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino.

Neste momento foram informados, também, que poderiam declinar de suas contribuições nesta investigação a qualquer momento que desejassem. Os participantes assinaram o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta pesquisa compõe uma temática de investigação de um projeto de pesquisa guarda-chuva, o qual foi cadastrado na Plataforma Brasil e recebeu parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNEB, através do CCAE de número 81693417.2.0000.0057.

Resultados e discussões

O questionário aplicado nos permitiu levantar dados, que serão discutidos em duas categorias, acesso e permanência, para melhor compreensão da problemática apresentada. Um aspecto relevante questionado que influencia na discussão das duas categorias refere-se à rede de ensino cursada na Educação Básica. Constatamos que 88% deles cursaram todas as etapas na rede pública de ensino. O restante estudou algumas etapas nas escolas privadas, ou seja: cerca de 4,2% dos alunos frequentaram na educação infantil, 4,3% estudaram no fundamental I e somente 1,2% estudaram todas as séries no ensino médio e já 2,3% não responderam.

O fato de aproximadamente 95% estarem cursando todo Ensino Médio em escola pública, segundo estudo do IBGE (2016), é algo que influencia no acesso à universidade, pois os dados mostram que aqueles que completaram esta etapa na rede pública correspondem apenas a 36% daqueles que ingressaram no ensino superior, enquanto que nos provenientes da rede privada esse percentual mais que dobrou, alcançando 79,2%.

Essa dificuldade pode ser observada em nossa investigação quando perguntamos aos alunos se consideram que é possível ser aprovado no vestibular estudando no Ensino Médio público: 83% responderam que sim e 17% responderam que não. Constata-se, também, que 35% dos estudantes reconhecem que precisam se preparar melhor para o ingresso no ensino superior, enquanto 65% relatam que se sentem capazes em ingressar numa universidade. Mas, quando perguntado como avaliam os conteúdos constantes na prova do ENEM, 56% responderam que tiveram dificuldade para fazer a redação e 46% responderam que nunca ouviram falar da maioria dos conteúdos, o que confirma a fala de Barros (2015), ou seja, apesar de perceberem a possibilidade de acesso, faltam-lhes conhecimentos necessários para aprovação. Segundo este autor, tais dificuldades ocorrem porque a grande maioria dos alunos que conclui o Ensino Médio em escolas públicas encontra muitas restrições nos processos seletivos do ensino superior, pois possui sérias dificuldades de leitura, escrita e resolução de exercícios matemáticos elementares; a sua formação científica é mínima e seus conhecimentos são bastante fragmentados.

Apesar das dificuldades elencadas, percebemos que, ao apontarem suas expectativas frente ao futuro, após o término do Ensino Médio, o ingresso no ensino superior foi o mais cotado, com 85,6%, seguido de adentrar no mundo do trabalho, com 81%, construir família com 5,4% e 4,1% outros. Vale ressaltar que a maioria dos estudantes marcou mais de uma opção. Optamos por

não fecharmos somente na escolha de um item, mas percebemos que, diante da pergunta, a qual destaca a questão imediata, estes sujeitos têm clareza da importância dos estudos, que também deve configurar-se enquanto um sonho, mas também a necessidade de meios para custear sua formação e que, portanto, necessitarão assumir um emprego.

Na nossa investigação é perceptível o interesse e valorização do ensino superior por parte dos participantes, o que também ocorre no estudo de Souza e Vazquez (2015). Em ambos os casos, os alunos não sucumbem ao que Bourdieu e Passeron (1975) denominam de “eliminação sem exame”, ou seja, há uma expectativa em relação à continuidade dos estudos, mesmo diante das dificuldades existentes diante do reconhecimento dos percalços derivados da posição na estrutura de classes.

Ao responderem uma questão aberta sobre os benefícios de cursarem o nível superior, os estudantes elencaram aspectos como: “uma melhor qualificação, uma vida estável e financeira melhor” (aluna do turno vespertino); “melhoria do emprego, onde posso ganhar mais e sustentar meus filhos” (aluna do turno noturno). Gomes e Sparta (2005) explicam que existe um desejo pela ascensão social das camadas populares, tendo como estímulo a valorização das profissões adquiridas a partir do nível superior e a desvalorização das outras formas de ocupação existentes no mercado. Esse entendimento é construído, entre outros meios, através de diferentes veículos de comunicação. As inúmeras transformações sociais, que fomentam a globalização, influenciam, de certa forma, os padrões educacionais, que geram uma obrigatoriedade em ter níveis mais elevados de escolaridade e a certificação de conclusão do Ensino Médio já não é o bastante. Deste modo, entendem que a graduação possibilita melhores empregos, com salários mais altos e a valorização desse indivíduo, que vive à margem da sociedade, além de possibilitar, também, visibilidade e respeito, como nossos contribuintes relatam. Assim, percebemos que o desejo de um diploma de ensino superior não se restringe a uma questão financeira.

Acrescentamos que o aumento da presença de instituições de ensino superior, privadas e públicas no município, a qual possibilita aos jovens e familiares perceberem que pessoas do seu convívio, com condições materiais e culturais mais próximas de sua realidade, ingressaram nesse nível de ensino e, de algum modo, melhoraram seu padrão de vida, também influencia nessa expectativa.

As três opções que os alunos deveriam escolher em nossa pesquisa, mesmo com a possibilidade de indicação de outros, são as mais emblemáticas na vida dos estudantes das camadas populares no processo de conclusão da Educação Básica e, certamente, as que mais os inquietam. Deste modo, estamos afirmando que a mudança para a vida adulta requer decisões sobre escolha da profissão, casamento e trabalho e essas questões determinarão a sua vida futura, segundo Braga (2016).

Destacamos, contudo, que a dificuldade na escolha dessas opções é mais contundente para classe trabalhadora comparada àqueles de famílias mais abastadas, visto que para esses a entrada no ensino superior é algo natural. Além do mais, a seleção por mais de uma opção, concomitantemente,

dificulta ou impossibilita vivenciar a outra. Com isso estamos afirmando, por exemplo, que constituir família e/ou trabalhar influencia na possibilidade de cursar o ensino superior, ou constituir família e optar por estudar e trabalhar ao mesmo tempo é algo bastante árduo e complexo, como destaca Bastos (2005), e influenciam, sobremaneira, no futuro destes estudantes. Estas dificuldades são ainda maiores tratando-se de mulheres, como abordam Ávila e Portes (2012)

Ter acesso às expectativas deste público após a conclusão do Ensino Médio é bastante relevante, até porque tais decisões não decorrem, somente, de uma decisão de cunho individual e subjetivo, mas também e, talvez, principalmente, da influência social, econômica e cultural, a qual, muitas vezes, se personifica na família. O papel desta instituição, seja por uma questão de contribuição financeira para a continuação dos estudos, seja por continuar arcando com as despesas pessoais e domésticas, é bastante forte. Tal influência incita os jovens, muitas vezes, a tomarem decisões contrárias ao seu desejo, ou seja, mesmo almejando e considerando importante estudar, torna-se necessário, tanto por uma questão econômica quanto moral, que o jovem ingresse também no mundo do trabalho. No aspecto de formação moral, destacamos a crença de que “o trabalho dignifica o homem”, que muitas famílias com menor poder de instrução e sem acesso às discussões mais atuais referentes às mudanças no mundo do trabalho exigem da sua prole decidir pelo emprego, mesmo que seja um subemprego, especialmente se já tiverem constituído família.

Percebemos que a conclusão do Ensino Médio tornou-se um rito de transição, não apenas uma ponte entre o nível fundamental ao nível superior, mas um momento de decisão sobre o futuro. Sampaio (2016) afirma que, seguramente, esse caminho não se inicia no momento em que ocorre o ingresso no nível médio, mas se inscreve em toda a trajetória sócio educacional que o antecede, ainda que o Ensino Médio seja identificado, em geral, como a antessala do vestibular, estágio crucial para o ingresso na universidade.

É importante destacar que este processo de deliberar sobre seu futuro ocorre, mesmo sendo estudantes de escola pública, por uma população ainda muito jovem, a qual ainda não possui, muitas vezes, maturidade emocional e as informações necessárias para tal escolha. Diante deste quadro e das necessidades imediatas e pressões sociais, optam por ingressar no mundo do trabalho ou escolhem formações que os direcionem mais rapidamente ao labor profissional. Como relata Freitas (2017), as camadas populares recebem um tipo de educação, educação pública, que se distancia do ensino privado, o que dificulta o acesso ao nível superior. Para amenizar tal lacuna na formação escolhem opções de cursos e modalidades que favoreçam sua entrada mais rápida no mercado de trabalho, como, por exemplo, os cursos técnicos, os quais, muitas vezes, deixam de lado a tentativa de acesso ao nível superior e uma formação cultural e política mais abrangente.

[...] As políticas de educação até então, promovidas pelo Estado, sempre estiveram aquém de propiciar uma real articulação entre educação e trabalho, haja vista que a educação profissional sempre foi tratada com desprestígio, expressa em propostas reducionistas de

educação para os pobres, sem preocupação com a qualidade da oferta dos cursos e com o resultado a ser alcançado. [...] A consequência disso, acumulada ao longo de nossa história, foi o entendimento de que a educação profissional seria sinônimo de treinamento e/ou adestramento, destinada às classes populares. (SALES, 2006, p. 193 e 194)

Não estamos com tais críticas desconsiderando a importância dos cursos profissionalizantes, até porque não é este o foco deste estudo, mas evidenciando que estes são dirigidos às camadas populares, efetivamente, no sentido de inserção no mercado de trabalho e de contenção desta camada ao ensino superior, influenciando, assim, no desenvolvimento seu econômico e cultural e, deste modo, estes cursos são organizados a partir de um modelo de educação historicamente desenvolvido referenciado nos princípios capitalistas, o qual dissemina a exploração do trabalho humano e a desigualdade social.

Esta camada quando consegue ingressar no ensino superior, acaba, na maioria das vezes, optando pelos cursos na área de Humanas, especialmente as licenciaturas, mesmo quando não é este o seu real desejo, diante da maior facilidade de ingresso diante da menor concorrência, maior oferta de cursos e do nível de preparação dos aspirantes. Todavia, esclarecemos que não nos fundamentamos, num determinismo causal, mas, como destaca Charlot (2003, p. 24):

[...] há, com certeza, correlação estatística entre a origem social e seu sucesso ou fracasso escolar. Não se pode negar essa correlação estabelecida pelos sociólogos. Correlação, porém, não significa determinismo causal. [...] apesar dessa correlação, algumas crianças do meio popular têm sucesso na escola e algumas da classe média fracassam. Portanto, não basta conhecer a posição social dos pais para compreender a história escolar das crianças.

Com tal esclarecimento o autor destaca a possibilidade de conexão entre o saber e a posição social, não como algo determinante, mas que necessita ser considerado, inclusive, pelas políticas públicas.

Uma situação imprescindível para amenizar essa diferença e possibilitar o ingresso e garantia do percurso no nível superior é a melhoria do ensino e, conseqüentemente, do aprendizado desses jovens, haja vista que, quando se garante o acesso aos conhecimentos essenciais, esse egresso consegue um bom desempenho na universidade, como afirma Krainski (2015), sem com isso estarmos assumindo uma visão redentora de educação, pois sabemos que as características econômicas, culturais e sociais influenciam no processo pedagógico. No entanto, como desta Andrade (2012), para que se tenha um aumento no acesso ao ensino superior, é necessária uma melhor qualificação do Ensino Médio, para que não sintam dificuldades no momento da seleção para o nível superior.

Em nossa pesquisa indagamos, também, quanto ao papel assumido pela escola e, em especial, pelos professores enquanto responsáveis diretos por instruí-los quanto ao acesso e permanência no ensino superior. Os dados indicam que 61,1 % dos alunos ouviram seus professores em sala de aula sobre a importância do nível superior enquanto 38,9 afirmam nunca ter sido abordado; 95%

afirmam que os educadores já trabalharam algum tema relacionado ao acesso ou permanência no ensino superior, enquanto 5% responderam que não. Dentre os temas tratados, 82,33% versaram sobre a importância, 10% formas de ingresso e 7,6% sobre a escolha dos cursos. Enfatizamos que, conforme os sujeitos participantes, nenhuma informação foi trabalhada referente à permanência no ensino superior.

Os dados nos mostram que poucos professores falam em sala de aula sobre como entrar no ensino superior; escolha dos cursos e as formas de permanência no ensino superior, temas que poderiam estimular e ajudar bastante o aluno no momento de tomar suas decisões, visto que, diante de historicamente não fazer parte da trajetória formativa desta classe social, o nível superior, é necessário que as políticas de acesso e permanência sejam disponibilizadas para eles através da escola.

Entendemos que o papel do professor no que se refere à questão da formação política e cidadã é essencial, pois seu papel enquanto agente capaz de trabalhar a inclusão popular (DEMO, 1999) precisa ser configurado a partir de uma visão gramsciana de “intelectual orgânico”, o qual precisa abordar os conteúdos cognitivos, mas também relacionados ao contexto, a melhoria da realidade objetiva material e social.

[...] Se conhecimento é a arma mais potente da elite, é mister que os excluídos cheguem a ele e da melhor maneira possível. Ao saber pensar da elite é necessário revidar com o mesmo saber pensar das camadas populares. Espera-se tal efeito da educação, e é por isso que se diz equalizadora de oportunidades, capaz de abrir para o pobre a possibilidade de fazer e sobretudo de fazer-se oportunidade. [...] (DEMO, 1999, p. 79)

É relevante que a escola, a partir de diversas nuances, possa discutir a importância, possibilidade e dificuldades dos alunos ingressarem no ensino superior, mas, caso isso não aconteça nesta perspectiva, ao menos que o professor, no seu espaço de sala de aula, possa trazer tais discussões, não numa visão idealizada, distante das concepções e vivências dos jovens e adultos. Tal defesa justifica-se porque, frequentemente, o professor é a pessoa mais próxima a quem os aprendizes podem recorrer para esclarecer sobre este assunto, como confirmam os trechos a seguir dos depoimentos dos alunos: “ensinou como o nível superior pode me ajudar no mercado de trabalho” (aluno do turno noturno), “A professora (fulana) e a professora (cicrana), usando suas histórias como exemplo para nos mostrar a importância do ensino superior em nossas vidas” (aluna do turno noturno), “orientam para que possamos escolher cursos que tenha trabalho em nossa cidade” (aluna do turno vespertino).

Os alunos reconhecem que o bom professor auxilia no processo de ensino e aprendizagem e melhora o desempenho em sala de aula. Demo (1999, p. 22) esclarece qual o papel que o professor deve assumir no processo formativo de estudantes da camada popular.

Podemos, por simplificação, reduzir essa competência à capacidade de saber pensar e de aprender a aprender, desde que se vincule a isso a mesma capacidade de intervir. A escola

deixa de ser coisa pobre para o pobre, como é comum na escola pública latino-americana, a partir do momento em que se tornar capaz de realizar uma aprendizagem adequada, de tessitura fundamentalmente político-crítica, com qualidade formal e política, tendo em vista sua cidadania, em primeiro lugar, e sua inserção no mercado, em segundo lugar. (DEMO, 1999, p. 22)

Diante destas questões, nos interessou saber se pretendiam fazer cursinho pré-vestibular, posto que tais preparatórios amenizem as dificuldades por eles constatadas e é um recurso bastante utilizado por aqueles que almejam o nível superior. Percebemos que 87% pretendem cursar, enquanto 13% informaram que não. Entre os que intencionam, 56,3% optaram pelo cursinho gratuito, e 30,7% particular.

Não podemos desconsiderar a localização geográfica do nosso estudo, o qual está em um município do interior, que possui um *campi* de universidade pública, constando de seis cursos – cinco licenciaturas e um bacharelado –, os quais funcionam nos três turnos, além de inúmeras instituições superiores privadas, presenciais e à distância, que influenciam para que um percentual alto dos participantes compreenda ser possível a continuidade dos estudos.

Nota-se que os estudantes têm interesse em preencher as lacunas do percurso escolar e ingressarem no nível superior e, nesse sentido, é necessário gerir esforços para diminuir as desigualdades. No entanto, como os nossos dados demonstram, mais da metade dos novos pesquisados (56,3%) optaram por um cursinho gratuito. Segundo Carvalho e Waltenberg (2015), tal opção justifica-se pela dificuldade ou impossibilidade em arcar com o pagamento daqueles privados, portanto, a existência destes preparatórios gratuitos é essencial diante desta discrepância econômica, pois cria subsídios para um melhor desempenho, reduzindo, assim, as desigualdades no ingresso ao nível superior.

Referente à segunda categoria de análise, a questão da permanência desses estudantes no ensino superior, constatamos que há uma grande diferença entre os alunos do diurno e do noturno. Os estudantes do diurno 67,33% responderam que não sabiam da existência de programas de permanência na universidade, 32,67% responderam que sabiam e dentre os discentes do noturno 97,66% responderam que desconhecem tais programas, enquanto 2,34 afirmaram conhecer.

As informações que os alunos do diurno possuem podem ser advindas de outras fontes, considerando que não afirmaram ser discutida pelos professores a questão da permanência, tais como: pessoas próximas, estudantes ou não do ensino superior, mídia etc. Contudo, é necessário pontuar que, mesmo assim, ainda é alta a porcentagem de alunos deste turno que desconhecem tais programas, considerando a importância que os mesmos têm enquanto efeito motivador para aqueles que desejam prolongar sua formação, mas consideram distante essa possibilidade e, assim, são eliminados antes mesmo do processo seletivo.

Esses programas precisam ser debatidos e divulgados com mais ênfase no Ensino Médio, fazendo com que os alunos conheçam seus direitos, pois existem fatores que podem dificultar e até

comprometer a permanência e conclusão do ensino superior. O fato de a universidade ser pública não garante gratuidade à mesma. A vida universitária apresenta gastos com xérox, transporte, livros, moradia e alimentação, que, se o jovem não conhecer meios que amenizem tais gastos se eximirão antecipadamente de galgarem esta trajetória. Esta questão é importante e precisamos debater o direito deles de acessar o ensino superior, mas também de permanecer e concluir o mesmo com qualidade.

A diferença dos dados entre os dois turnos é intrigante, porém não se traduz enquanto, necessariamente, novidade, pois há no contexto das escolas públicas diferentes realidades e estratificações – localização, corpo docente, infraestrutura, relação da gestão institucional e da administração política, dentre outros. O turno em que se efetiva o ensino é, sem dúvida, algo marcante neste sentido.

O ensino noturno é formado por estudantes com defasagem idade-série, aqueles que não tiveram acesso ou continuidade do estudo no período regular, ou seja, trabalhadores e pais de família, sujeitos, muitas vezes, marginalizados socialmente, os quais não tiveram oportunidades educacionais apropriadas. Deste modo, mesmo tratando-se de uma rede considerada de nível inferior, no caso da educação pública, o ensino noturno é visto como um ensino de “segundo nível” dentro de um ambiente já marginalizado. Diante do tempo reduzido no ensino noturno, privilegia-se a discussão sobre conteúdos considerados “relevantes”, aqui entendido enquanto aqueles que facilitem o seu cotidiano e a sua inserção no mercado profissional. Compreendemos que o tempo disponibilizado para o trabalho efetivo com esses estudantes é pouco, no entanto, como defende Rangel (1998, p.111):

[...] Se o professor tem como conceito prévio o da carência e do empobrecimento intelectual do aluno, motivado pela miséria econômica, o que se empobrece, na verdade, é a convicção e a determinação de que é possível que o trabalho docente se exerça de modo que esse aluno alcance o conhecimento que pode e tem direito a almejar.

Essa concepção de carência, material e cognitiva, diminui a motivação do professor e do estudante e empobrece o ensino, além de transmitir a ideia de incapacidade e impossibilidade deste público ao acesso à cultura acadêmica, o que pode repercutir, consideravelmente, em sua atuação na vida social, no exercício da cidadania e no mundo do trabalho. Diante deste perfil, como defendem Oliveira, Bittar e Lemos (2010), historicamente o acesso desta parcela da população ao ensino superior ficava quase sempre restritiva à iniciativa privada, uma vez que a oferta pública, sobretudo nas instituições de ensino superior, era predominante no turno diurno. Deste modo, quando se discutem com os concluintes da Educação Básica políticas públicas que facilitam a permanência, os mesmos podem vislumbrar outras possibilidades de continuação dos estudos.

Sobre a possibilidade de se manter economicamente caso ingressem no ensino superior, os dados levantados indicam que a maioria dos estudantes participantes da pesquisa 85,66%

terá que trabalhar; 9,44% necessitarão da ajuda do governo; 3,9% responderam que os pais e/ou cônjuges arcarão com as despesas e 1% marcou a opção outros. Assim, é perceptível que o trabalho será a principal fonte de sobrevivência dos participantes da pesquisa, o que, como já discutimos, é característico desta classe social. Abrantes (2003) relata que os alunos, mesmo trabalhando, tentam se dedicar ao estudo e o percebem como algo positivo na vida, então, tanto o estudo quanto o trabalho representam para eles a possibilidade de terem uma vida de melhor qualidade. No entanto, é importante retomar que este dado é decorrente também do desconhecimento das políticas públicas quanto aos incentivos de permanência oferecidos pelo governo. Com isso estamos afirmando que conhecer e ter acesso às políticas de democratização do ensino é relevante, mas não podemos nos iludir com uma suposta “igualdade de oportunidades e com isso de uma neutralidade em relação às classes no que concerne às suas próprias funções, quando na verdade o *status* social e as oportunidades de vida dos indivíduos estão ligados ao movimento de uma economia regulada pelo lucro”. (OFFE, 1990, pp. 165-166).

Quando perguntamos se haveria apoio da família, caso ele ingressasse no ensino superior, 95,6% responderam que sim e 4,4% responderam que não. Diante deste índice, no qual a família demonstra ser favorável a essa empreitada, alguns entrevistados chegam a relatar que, desde cedo, escutam que, para ter alguma coisa na vida, teriam que estudar.

O incentivo e apoio parental são de fundamental importância para os estudantes em relação a investir em seu futuro, pois, como relata Soares (2002), a decisão sobre o futuro profissional sempre vem cheia de esperança, dúvidas e medo, não só por parte do jovem, mas também de sua família. Assim, discutir sobre o futuro profissional na família é de suma importância, pois são compartilhadas informações, como valor atribuído às profissões, informações sobre o mundo do trabalho, o que encoraja os filhos a superarem barreiras (BARDAGI, 2008), bem como, medos, expectativas, dentre outros.

Considerações finais

É incontestável a expansão do ensino superior no Brasil e as iniciativas governamentais de democratização do ensino superior ocorridas na década de 90 e primeira metade deste novo milênio. Tal questão reflete nos dados desta pesquisa ao constatar que o ingresso na educação superior tem sido vislumbrado pelas camadas populares e valorizado como alternativa principal de escolha para esses estudantes que chegam ao fim do Ensino Médio, posto que compreendem sua importância para mobilidade social.

Percebemos no nosso estudo que, mesmo constatando as dificuldades encontradas na trajetória escolar, os sujeitos pesquisados vislumbram o acesso ao ensino superior público, não somente enquanto desejo, mas também como ao viável. A importância do ensino superior é a temática

mais abordada pelos professores da escola pesquisada no que se refere ao acesso e permanência. No entanto, tal explanação ainda deixa muito a desejar no sentido de aprofundamento, de elementos que possibilitem aos alunos refletirem sobre as possibilidades ou não de aquisição de um diploma em nível superior, especialmente no que tange à viabilização da formação depois do ingresso. Esta questão ficou ainda mais evidente em relação aos participantes do ensino noturno, possibilitando-nos inferir que há, por parte dos professores, a crença de que estes não se interessam ou não estão capacitados para a obtenção de um título universitário.

Não somente em busca de um futuro melhor em nível social é que ocorre a defesa do prolongamento dos estudos dos brasileiros. Essa perspectiva de vida, antes clara para as camadas mais elevadas da sociedade, também se encontra presente, nos dias de hoje, nos discursos das camadas populares que almejam, com a obtenção do diploma de ensino superior, um status social mais elevado e melhoria profissional.

No entanto, quando compreendemos as expectativas e dificuldades dos alunos, percebemos que as políticas públicas por si só não cumprem esse objetivo. Deste modo, para tornar possível o pressuposto liberal de assegurar a igualdade escolar numa sociedade em que prevalece a apropriação diferencial da riqueza material, é necessário manter e aumentar essas medidas de auxílio estudantil, mas, principalmente, transformar a estruturada sociedade, visto que, como estão sistematizados, tais auxílios não desaparecem as dificuldades enfrentadas pelas camadas populares na busca de um futuro melhor, pois, para que os estudantes das camadas populares vislumbrem o acesso e a permanência no ensino superior requer que estas políticas continuem existindo e que sejam devidamente divulgadas.

Ampliar o investimento em educação, elevando a escolarização dos indivíduos, ampliando o capital cultural desses almejantes ao ensino superior, a partir de professores melhor remunerados e com mais tempo de formação e dedicação ao trabalho, são aspectos que não podem ser negligenciados pelo Estado, pois, como constamos em nossos dados, é perceptível a importância deste profissional, diante de suas contribuições para esclarecer sobre as políticas públicas de acesso e permanência, bem como a discussão sobre os conteúdos requeridos nos processos de seleção e a abordagem crítica e social dessas matérias.

Considerando que esta pesquisa foi realizada em uma única escola localizada em um município específico do Estado da Bahia, os resultados aqui expostos não podem ser generalizados para outras regiões, por retratar um público específico. No entanto, diante da necessidade de maiores investigações sobre os alunos do Ensino Médio da rede pública e os elementos que viabilizam ou dificultam a continuidade dos seus estudos no nível superior de ensino este trabalho contribui por demonstrar dificuldades, expectativas, saberes, dentre outros elementos que poderão amparar outras pesquisas.

Referências

- ABRANTES, Pedro. *Os sentidos da escola: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade*. Oeiras: Celta, 2003.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ANDRADE, Cibele Yahn de. *Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social*. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso em: 22 Jul. 2020.
- ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. *Educ. Pesqui.* 47 • 2021 • <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147228335>
- ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. *A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: pobres na universidade pública: trabalho doméstico*. trabalho doméstico, trabalho, trabalho remunerado e estudos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300011>
- BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. *Apoio parental percebido no contexto da escolha inicial e da evasão de curso universitário*. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, Florianópolis, v. 2, n. 9, p.31-44, 2008.
- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. *Expansão da educação superior no brasil: limites e possibilidades*. Campinas: Educ. Soc, v. 36, n. 131, 2015.
- BASTOS, Juliana Curzi. *Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: Um olhar sobre as trajetórias*. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, 2005.
- BENTO, Andréa Aparecida et al. *Políticas de cotas raciais: conceitos e perspectivas*. *Ensaios pedagógicos*. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET* ISSN 2175-1773– Dezembro de 2016.
- BAUDELLOT, C. & ESTABLET, R. *L'École capitaliste en France*. Paris: Librairie François Maspero, 1971
- BOURDIER, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa, 1970.
- BRAGA, M. J.; XAVIER, F. P. *Transição para o ensino superior: aspiração dos alunos do ensino médio de uma escola pública*. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 62, p.245-259, 2016.
- CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. D. *Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no brasil: uma comparação entre 2003 e 2013*, *Economia Aplicada*, v. 19, n. 2, 2015.
- CHARLOT, Bernart. O sujeito e a relação com o saber. In: BARBOSA, Raquel Lazzari L. (Org.) *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. *Pesquisa de métodos mistos*. Porto Alegre: Penso, 2007.
- CRUZ, Emerson Luiz Carvalho. *Licenciando da UNEB campus IV: Condições socioeconômicas, culturais e pedagógicas*, Jacobina, 2020.
- DEMO, Pedro. *Educação e Desenvolvimento: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa*. Campinas, SP: Papirus, 1999 (Coleção Papirus Educação).
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREITAS, Mariana Gonçalves Pêso et al. *Os desafios da entrada e permanência da Universidade por estudantes da classe trabalhadora*. Xxi Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, Xvii Encontro Latino Americano de Pós-graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba., São José dos Campos, p.1-6, 2627 out. 2017.

GOMES, W. B.; SPARTA, M. *Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio*. Revista Brasileira de Orientação Profissional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.45-53, 10 mar. 2005. Semestral.

GUARNIERI, F. V.; SILVA, L. L. M. *Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos*. Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 19 n. 2, p. 70-78, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Ocupação formal cai, mas proporção de assalariados com diploma cresce em 2016*, Editoria: Estatísticas Sociais, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 22 Jul. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2018*, Editoria: Estatísticas Sociais, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 20 Jul. 2020.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. *Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UEPG*. In: Desafios Do Ensino Superior Para Estudantes De Escola Pública: Um Estudo Na UEPG, Curitiba. Anais Educere, 2015.

KUENZER, Acácia. *Por que investigar a relação entre educação e trabalho no Brasil?* In: Ensino de 2º grau: O trabalho como princípio educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1992. Cap. 1. p. 11-96.

MONT'ALVÃO NETO. Arnaldo Lopo. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 417-441, abr-jun. 2014.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

OLIVEIRA, J. F.; BITTAR, M.; LEMOS, J. R. *Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade*. Educação Pública, Cuiabá, v. 19, n. 40, p.247-267, maio/ago. 2010.

OLIVEIRA, Antonio Cardoso; CÓSSIO, Maria de Fátima. O atual cenário da educação profissional no Brasil. XI Congresso Nacional de Educação – *Educere*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência IBGE Notícias, 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 7 abr. 2021.

RANGEL, Mary. *Reflexões sobre o trabalho docente: significados do conhecimento, da pesquisa, da representação*. In: Educação Brasileira. Brasília, 20: 109-124, 1º sem. 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1977, 103 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5)

SALES, Francisco José Lima. *Política compensatória de educação profissional para os excluídos do mercado de trabalho*. In: VASCONCELOS, José Geraldo; SOUSA, Antonio Paulino de. Educação, política e modernidade. Coleção diálogos intempestivos, 40. Fortaleza, Edições UFC, 2006.

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. *Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular*. Salvador, EDUFBA, 2016.

SILVA, Jailson Sousa e. *Por que uns e não outros?: Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003

SILVA, A. C. A.; COSTA, A. L. *O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil*. 2016.

SOARES, Dulce Helena Penna. *A escolha profissional: Do jovem ao adulto*. 2ª Edição, São Paulo, Summus editorial, 2002.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu; VAZQUEZ, Daniel Arias. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 409-426, abr./jun. 2015. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015041789>